

O ABADE HENRI GRÉGOIRE, PROMOTOR DA REPÚBLICA*

“O Santo da Revolução” (Ferdinand Brunot, discurso de 31 de maio de 1931).

Alain Guy

(Université de Toulouse-le-Mirail/ CNRS).

O célebre abade (depois, bispo) Henri Grégoire (1750-1831) é, seguramente, uma das mais puras figuras da Revolução Francesa. Injustamente difamado pelos reacionários ou integristas e ignorado por certos meios anti-religiosos, que criticavam sua ardente fé religiosa, Grégoire foi um dos mais íntegros fundadores da primeira República Francesa, bem como um precursor corajoso e autêntico do anti-racismo e do anti-escravagismo: merece toda nossa atenção e todo nosso respeito.

Situemo-lo, primeiro, no seu cenário geográfico. Filho único de um simples alfaiate — que, contudo, foi almotacé — e de uma mãe piedosa, nasceu aos 4 de dezembro de 1750, no lugarejo lorraino de Vého (departamento de Meurthe-et-Moselle), não muito distante de Blamont e a uns vinte quilômetros de Lunéville, perto do vale de Vezouze (afluente do Meurthe). Grégoire fez estudos secundários brilhantes no colégio dos jesuítas de Nancy, depois, ensinou no Colégio de Pont-à-Mousson (Meurthe-et-Moselle). Entrou, pouco depois, no Seminário Maior de Metz, onde foi aluno de Lamourette. Padre em 1775, tornou-se então vigário, durante sete anos, de Marimont-les-Benestroff (Moselle), entre Morhange e Fénéstrange, perto de Sarre e da Alsácia. Em 1782, foi nomeado pároco da vila de Embermesnil (cantão de Leinvillle-au-Jard), em Meurthe-et-Moselle: esta pequena localidade, incrustrada numa colina de 260 metros de altitude, nas orilhas da grande floresta de Parroy, encontra-se entre os vales de Vezouze (afluente do Meurthe) e do Sanon, no cruzamento da estrada 161 (a alguns quilômetros de Avricourt, a nordeste e de Lunéville, a sudeste) e da estrada 89.

Tendo, já, recebido em 1773 o Prêmio da Academia de Nancy (sobre o tema do **Elogio da Poesia**), Grégoire foi objeto, em 1788, do

(*) Tradução de Constança Marcondes César. Texto inédito do Dr. Alain Guy, preparado especialmente para publicação da Revista **Reflexão**, e comemorativo do Bicentário da Revolução Francesa. (N.E.)

Prêmio da Academia de Metz, que tinha por tema a seguinte fórmula: **“Existem meios de tornar os judeus mais felizes e mais úteis, na França?”** Publicou esta obra, no começo de 1789, com o nome de **Ensaio sobre a regeneração física, moral e política dos judeus** (Metz, Claude Lamort, in-8º, 264p.). Zeloso e assíduo no seu ministério paroquial, fez, ao mesmo tempo, muitas viagens de estudo à Suíça, Alsácia e Alemanha, recolhendo muitas informações e observações, freqüentando também as conferências interconfessionais de Senones (animadas pelo hebraísta D. Calmet) e se enfronhando na filosofia das Luzes, conciliada, por ele, com a mais sincera piedade.

Atento à mais intensa atualidade, nesta época de crise social e econômica, Gregório foi eleito deputado dos Estados Gerais na primavera de 1789, a fim de representar o clero da circunscrição de Nancy (com Mons. de la Fare). Nos primeiros dias de junho, Grégoire na sua **Carta aos Párocos deputados dos Estados Gerais**, os convida insistentemente a se juntarem aos deputados do Terceiro Estado. Mais: aos 14 de junho, com alguns confrades, visita a sala do Jeu de Paume, a fim de dar impulso ao movimento de fusão das três Ordens. E, aos 20 de junho, proclama e assina o famoso juramento do Jeu de Paume. Eleito presidente da Assembléia Nacional, o pároco de Embermesnil pronunciou aos 12, 13 e 14 de julho, discursos retumbantes e aplaudiu a tomada da Bastilha. Aos 12 de agosto sugeriu — mas em vão — de acordo com Camus Lubersac e o duque de Lévis, que se acrescentasse à **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**, uma **Declaração dos Deveres**, sublinhando que os homens estão mais inclinados a reivindicar seus direitos que se submeterem a seus deveres! Quinze de setembro, sempre muito ouvido, pôs em votação, contra os partidários do **veto absoluto** do Rei, mas também contra os adversários de qualquer veto real, o **veto suspensivo**, medida de conciliação e aliás muito democrática, igualmente preconizada pelo pastor Rabaut de Saint-Etienne e por Barnave: previa, em caso de veto do Rei, o recurso ao referendo popular; se, em duas consultas, o povo referendasse a mesma maioria favorável à lei recusada pelo Rei, esta seria automaticamente adaptada. Foi ainda Grégoire quem propôs e fez votar, aos 19 de setembro, a supressão do imposto sobre o sal e que, aos 29 de outubro, levantou-se contra uma disposição discriminatória, que lesava os indigentes, e, de um modo geral, os trabalhadores assalariados: o decreto condicionava a elegibilidade ao pagamento de imposto direto, no valor de uma moeda de prata! Nestes mesmos meses, Grégoire divulgou sua **Moção em favor dos judeus**; depois, sua, **Memória em favor das pessoas de côr ou mestiços e das outras ilhas francesas da América**; fundou e presidiu a **Sociedade dos Amigos dos Negros** em janeiro de 1790; obteve a outorga da cidadania para os judeus de Bordeaux e de Avinhão. Em outubro publicou uma dinâmica **Carta aos filantropos sobre as infelicidades, os direitos e as reclamações das pessoas de São Domingos**, preconizando a admissão da cidadania dos

índigenas. Estas páginas suscitaram os mais veementes protestos dos colonos e também dos armadores metropolitanos (de Nantes e de La Rochelle, principalmente, que ameaçaram seu autor...) Mas Grégoire redobrou os esforços, particularmente contra a escravidão, que denunciou amplamente, a despeito da intensa campanha dos negreiros. Chegou a levar à votação, em 15 de maio, o reconhecimento de capacidade política dos negros livres; mas os grandes comerciantes do tráfico torpedearam o decreto em algumas semanas, embora a Assembléia voltasse atrás (23 de agosto). Aborrecido e furioso, Grégoire gritou: "A sanha dos plantadores prova que seria mais fácil branquear os negros que converter o orgulho e a cupidez dos brancos". Mas durante mais de um ano, não pode intervir diretamente nos assuntos públicos, porque os próprios membros da Assembléia Constituinte, que acabou nos últimos dias de setembro de 1791 se declararam inelegíveis para a Assembléia Legislativa...

Eleito membro da Convenção no outono de 1792, (pelo departamento de Loir-et-Eher), pressionou imediatamente os deputados a conceder liberdade aos negros, concluindo assim sua atividade anti-racista junto com o inglês Wilberforce. Mas só teve sucesso em fevereiro de 1794, data na qual foi, enfim, suprimida oficialmente a escravatura em todas as colônias francesas. "O amigo dos homens de todas as cores" louvou eloqüentemente esta grande decisão e velou o mais que pode pela sua aplicação concreta e integral; sabe-se, infelizmente!, que foi preciso esperar por 1848 e por Victor Schoelcher, para que esta vergonha fosse efetivamente abolida, porque ela subsistiu clandestinamente meio século, ainda...

Sempre preocupado com a dignidade humana e com a emancipação, Grégoire propôs, aos 18 de junho de 1793, que a Convenção adotasse uma comovente **Declaração dos Direitos das Pessoas** inspirada, não apenas em Vattel, Grotieus ou Pufendorf, mas ainda em Suárez e mesmo em Vitória (o verdadeiro fundador do direito internacional e o renovador do direito natural).

Citemos os principais artigos: "Cada povo é senhor de seu território. Cada povo tem o direito de organizar e de mudar as formas de governo. Os povos são respectivamente independentes e soberanos, qualquer que seja o número de indivíduos que os componham a extensão territorial que ocupem. Esta soberania é inalienável. Um povo deve agir face aos outros como deseja que ajam em relação a ele. Os povos devem promover, na paz, o máximo bem entre si e na guerra, o menor mal possível. Um povo não tem o direito de se imiscuir no governo dos outros. Os atentados à liberdade de um povo são um atentado contra todos os outros. Os povos que estão em guerra devem dar livre curso às negociações que reconduzam à paz"... etc.

Infelizmente, parece que esta solicitação foi prematura, muito avançada para seu tempo e, talvez, até inoportuna no **aqui e agora** num

momento em que a República tinha que se defender em todas as frentes, tanto no exterior como no país. Como diz Gérard Lyon-Caen, "a França pensava mais em termos de guerra que em termos de organização pacífica das nações" (artigo "Grégoire e o direito dos povos", revista **Europe**, Paris, nº 128-129, agosto-setembro de 1956, pp. 86-87). Contudo, Grégoire insistiu e em 23 de abril de 1795, propôs a ampliação do patriotismo no amor à Humanidade, além de todas as fronteiras; uma vez mais, seu magnífico projeto foi rejeitado como utópico; com efeito, ele constrangia a burguesia triunfante que explorava vergonhosamente todos os grupos humanos mais fracos e que fora entravada, nos seus apetites desenfreados, pelo humanitarismo de Grégoire, diretamente abeberado na caridade e na mensagem de Jesus! Seria necessário um século e meio para que a **Declaração Universal dos Direitos do Homem** faça sua, em 1948, quando ao fundo, a Declaração proposta pelo filósofo Sorraíno, que contém em germen uma admirável doutrina da paz, na senda do abade de Saint-Pierre, de Kant, de Mably, até de Erasmo e de Vivés...

Deputado pelo Loir-et-Cher na Convenção, Grégoire se atinha, escrupulosamente, ao contato com seus eleitores: aos 21 de setembro de 1792, foi por sua iniciativa que a Convenção proclamou solenemente a abolição da realeza; no dia seguinte, chegou a Paris a gloriosa nova da vitória de Valmy. Sempre com um ardor trepidante, o grande republicano consagrou-se inteiramente à obra cultural do país e tornou-se presidente da Comissão de Instrução Pública; suas criações, inovações, ou reformas neste sentido, são inumeráveis. Assinalemos, entre outras, a fundação, em 1794 (3 de outubro), do **Conservatório de Artes e Ofícios** em Paris, na antiga abadia dos beneditinos de St. Martin des Champs; a dos **jardins botânicos**; a do **Escritório das Longitudes** (25 de junho de 1795); a criação das **Grandes Escolas** (Normal, Politécnica, Central, de Línguas Orientais, etc...); a organização da **Comissão de Artes** (para a proteção dos monumentos históricos contra o "vandalismo" (a expressão é de Grégoire); o **Plano da associação entre os cientistas, letrados e artistas** (substituem uma ajuda financeira aos antigos mecenas); a formação e o enquadramento dos **professores**, em favor de um ensino primário verdadeiramente eficaz e universal; a promoção científica e metódica da **agricultura**; o desenvolvimento das **bibliotecas**, etc.

Entrementes, interveio a Constituição Civil do Clero, exigida pelos galicanos e sobretudo pelos ateus ou pelos deístas, mas na qual Grégoire não tomou quase nenhuma parte direta. Desaprovou, de resto, muitos aspectos destas medidas ambíguas e, principalmente, a prisão ulterior dos padres refratários. Ninguém ignora como a Assembléia Legislativa despoja o Vaticano da nomeação dos párocos e dos bispos, confiando-a exclusivamente ao corpo eleitoral de cada departamento. Grégoire procurou excluir desta eleição o sufrágio dos não católicos, que não tinham nada a ver com ela; por outro lado, tentou não ferir o Papa,

despojado de seu privilégio tradicional. Em troca, aceitou sem dificuldades a obrigação de prestar o **juramento cívico** de novembro de 1790: "Juro ser fiel à nação, à lei e ao Rei e velar fielmente pelo rebanho confiado aos meus cuidados". Mas, segundo os próprios termos do Decano Jacques Godechot (*As Instituições da França sob a Revolução e o Império*, Paris, Puf, 1951, pp. 361-362), "em 3 de setembro de 1792, o Legislativo decidiu impôr a todos os cidadãos um novo juramento, que substituiu todos os juramentos anteriores. Tratava-se de jurar manter **a liberdade e a igualdade**. Os padres que, não sendo funcionários, não foram obrigados ao juramento de 1790, tiveram que prestar o novo juramento dito "Liberdade-Igualdade. Os outros tiveram, igualmente, que subscrevê-lo". Inegavelmente, esboçava-se uma ofensiva de descristianização Grégoire procurou, pelo menos, evitar a ruptura e o cisma; mas não conseguiu, apesar de toda sua evidente boa vontade (o superior do Seminário Saint-Sulpice, Emery, animado pela mesma intenção conciliadora, fracassou também).

Em fevereiro de 1791, o filósofo lorraino fora eleito bispo do departamento de Loir-et-Cher, com residência em Blois, após a recusa de seu predecessor, neste posto, de aceitar o juramento. Devotou-se, sem limites, à sua tarefa episcopal, percorrendo a diocese incansavelmente e fazendo-se apreciar por todos (depois de consagrado pelo bispo constitucional de Paris, Mons. Gobel). Para além de sua diocese, até, esforçou-se em manter o fervor religioso, perfeitamente compatível com o amor pelo regime republicano. Mais ainda: aplicou-se ao máximo em reconciliar os padres refratários com os padres juramentados, com uma extraordinária preocupação com a unidade e a fraternidade. Quando a posição do governo endureceu (diante da colisão de certos católicos com os regalistas) e, quando a perseguição anticatólica redobrou, Grégoire dispendeu tesouros de coragem; aos sete de novembro de 1793, criticando vigorosamente as apostasias de numerosos eclesiásticos (como Gobel), afirmou, sem compromisso com a tribuna de Convenção, a fidelidade à sua fé e à sua missão de bispo de Blois. Depois, em 23 de setembro de 1794, pediu a liberdade de culto e a separação entre a Igreja e o Estado (conceito que só triunfaria, na França, cem anos mais tarde). Sabe-se, ademais, como desaprovou claramente o Terror, a ponto de ser aprisionado por suas opiniões independentes. Manteve esta orgulhosa atitude, sob todas subversões ao poder que se sucederam após Thermidor. Aos 27 de outubro de 1795, membro do Conselho dos Quinhentos, sob o Diretório, trabalha pela reorganização do culto, recusando o decadi*, depois o teofilantropia e os cultos "cívicos", estatais e totalitários, ao mesmo tempo que dirige ao Grande Inquisidor da Espanha um panfleto contra o Santo Ofício. Pouco a pouco, chega a aprovar medidas de relativo

(*) Décimo dia de cada década do calendário republicano francês (N. T.).

apaziguamento quanto ao clero refratário e a tentar a reunião dos católicos. O Consulado o fez esperar uma era de total reconciliação; mas o decepciona. Os concílios dos padres constitucionais que animou (principalmente na igreja de St. Sulpice), se reuniram até 15 de agosto de 1801, quando foi assinada a **concordata**, na qual Bonaparte optou pelos refratários contra os Constitucionais. Grégoire, então, como os outros, pediu sua demissão como bispo, para dar lugar aos novos bispos nomeados por Roma. Tornou-se então, bibliotecário-adjunto do Arsenal.

Reticente quanto a Bonaparte, embora conde do Império e comandante da Legião de Honra, votou em 20 de maio de 1802 contra o reestabelecimento da escravatura. Membro do Senado, a despeito da hostilidade do Primeiro Cônsul, votou contra o estabelecimento do Império hereditário, em maio de 1804 e contra o divórcio de Napoleão, em 1809 — Doravante, fazendo uma oposição surda ao Imperador, ocupou-se com a publicação de suas numerosas obras e com os trabalhos no Instituto de França, que contribuiu para fundar. É assim que aparecem, sucessivamente: **Perspectivas sobre a confederação das diversas igrejas da catolicidade** (1804); **Pesquisas sobre as faculdades intelectuais e sobre as qualidades morais dos negros** (1808); **História das seitas religiosas** (1809; Obra proibida, quase imediatamente, pelo Imperador). Gregório boicotou igualmente a Restauração e permaneceu fiel a seu ideal democrático; foi excluído do Instituto e privado de sua pensão de antigo senador. Apesar de todos estes vai-e-vens sucessivos dos diversos regimes, permaneceu extremamente tolerante; foi assim, por exemplo que, sob o Diretório, freqüentou o salão da Senhora Helvetius em Autevil, dialogando pacificamente com os materialistas e ateus (entre outros, Dupuis, autor de **A Origem de todos os Cultos**; Destutt de Tracy, hipersensualista; Cabanis; Volney, ao qual devemos **As Ruínas**; Garat; Daunon, etc...). Continuou, por outro lado, a publicar muito: **Do Tráfico dos Negros** (1815), **As liberdades da Igreja gálica e das outras igrejas da catolicidade** (1818), **Manual de piedade para uso dos homens de cor** (1818), **Da influência do cristianismo sobre a condição das mulheres** (1821). **Considerações sobre o casamento e o divórcio**(1822), **Da nobreza de pele ou do preconceito dos brancos contra a cor dos africanos** (1826), **Considerações sobre a luta civil** (1830: contra Guizot e Louis Phillippe, que recusaram-lhe acesso à Câmara dos Pares e sua reintegração ao Instituto), etc.

Muito criticado pelos legitimistas como pretense Regicida, procurou confundir, até sua morte, seus detratores, provando irrefutavelmente que, por ocasião do processo de Luís XVI, achava-se ocupado em Chambery, donde enviou seu voto, reconhecendo a culpa do soberano mas isentando-o formalmente da pena de morte — a qual ele condenava, ademais, absolutamente. Em 1819, apoiado por Stendhal, foi eleito deputado por Isère (em Grenoble), como consumado liberal; mas a

Câmara de Luís XVIII o declarou “indigno” e recusou seu mandato! Interessado em tudo — principalmente no progresso da liberdade no mundo mantinha-se informado especialmente dos movimentos pela independência no Brasil, México, Guatemala...

Do ponto de vista eclesiástico, Grégoire conservou sempre o **celebrat** (direito de dizer missa e de confessar). Mas, nos últimos meses de reinado de Carlos X, questionou-se seu juramento cívico em 1790 e reclamou-se sua retratação. Persuadido da perfeita de seu juramento, ele nunca quis renegá-lo, considerando-se, ademais, em paz com a Igreja e com o Papa, uma vez que (embora a contragosto) aceitaria de fato a Concordata. Inúmeras pressões ocorreram contra ele, de 1892 a 1831, a fim de que se retratasse, sob pena de ser taxado de cismático e de ser excluído dos sacramentos e da sepultura cristã! Inflexível, o arcebispo de Paris, D. Quélen, exigia esta obediência, em nome do direito canônico (interpretado de modo estreito). Certo da própria boa fé e da própria ortodoxia, Grégoire insiste em dizer **não!** Afinal, o abade Gyillon (Confessor da rainha Maria Amélia, e, em consequência antigo refratário) ignorou a interdição do Arcebispo e, em consideração à piedade exemplar do pároco de Embermesnil (que se tornou bispo de Blois) e à lealdade excepcional deste padre lorraino, ministrou-lhe a extrema-unção. Aos 31 de maio de 1831, uma multidão inflamada acompanhou seu corpo na cerimônia religiosa de Abadia em Blois e depois, ao cemitério Montparnasse.

Como o cônego Renard observou (num artigo de revista **Études**, Paris, nº de julho de 1931), Grégoire não fraquejou em sua fé (...) continuou a dar perfeito exemplo das virtudes do padre. Não abandonou nem a missa, nem o breviário, nem a oração. Levou uma existência austera, edificante (...) Foi bom, caridoso, compadecido. Por deferência à Santa Sé, não negligenciou sequer de notificar o Papa de sua nomeação como bispo de Blois”. Meditemos sobre sua réplica digna ao Primeiro Cônsul, o qual solicitava o Império hereditário para si e sua eventual posteridade: “Sou contra todo sistema hereditário, tanto no poder executivo quanto no Senado, e contra toda mudança das denominações no título da suprema magistratura (...). Inacessível ao temor e às esperanças, não cortejo nem o favor, nem a fortuna (...) Vivi sem covardia, quero morrer sem remorsos”. Como deixar de admirar também a definição de caridade que ele nos deixou? “Amar nossos semelhantes, quaisquer que sejam sua cor, origem, opinião; lamentar os que estão — ou que acreditamos estar — no erro, mas fazer-lhes bem”. Na verdade, foi com muita justiça que se inscreveu na cruz que encima o seu túmulo: “Senhor, tende misericórdia de mim e perdoai os meus inimigos!”

A fim de ilustrar minha proposta e encerrar esta evocação do abade Grégoire, proporei agora uma amostra do modo pelo qual o filósofo lorraino tratava os grandes problemas, escolhendo uma de suas obras mais características, **O Ensaio sobre a regeneração física, intelectual, moral e política dos judeus** (1789): um volume infelizmente bem atual até agora, no fim do nosso século XX, depois do abominável genocídio nazista, perpetrado contra os judeus... Esta vasta investigação, cheia de emoção e de ciência, parte de descrição comovida das incessantes perseguições sofridas pelos judeus ao longo da história. "Desde Vespasiano, a história dos judeus só oferece cenas de dor e tragédias sangrentas" (p.1.). Enumerado suas horríveis tribulações, desde a ruína de Jerusalém até os modernos pogrons, passando pelos autos de fé da Inquisição, Grégoire refletiu longamente sobre a "dispersão" dos judeus, diáspora endêmica que os levou aos confins mais distantes de nosso planeta. "A tola credulidade falou de um judeu errante; todos os judeus são errantes" (p.14). Mas o povo judeu "sobreviveu, com suas leis, aos destroços de seu reino e à destruição de seus vencedores" (p.15). O aspecto profético é impressionante: "depositário dos primeiros arquivos do mundo e dos oráculos que este desconheceu, vai (o povo judeu), de Bíblia em punho, confirmar as predições deste livro" (op. cit.).

O autor se interroga, então, sobre as calúnias odiosas colocadas nas costas dos judeus ao longo dos tempos, e sobre as causas da inimizade entre estes e as outras nações. Passa em revista os horrores dos quais foram falsamente acusados: profanação, sacrilégios, assassinatos rituais, envenenamento de fontes, complôs, etc. Certamente não cai nunca na Lagiografia sistemática de seus protegidos nem procura idealizá-los unilateralmente em detrimento dos não-judeus. Ao contrário, distribui a cada parte em julgamento, críticas e louvores; reconhece, por exemplo, os erros do povo hebreu em certas circunstâncias, aliás muito claros ou limitados. Mas trata, principalmente, de mostrar como a ignorância, a superstição e o fanatismo conduziram os povos a denegri-los. Originalmente, sua resistência enérgica à conquista romana inspirou aos vencedores um ódio tenaz, que comunicaram às outras nações. Ademais, o fator religioso constitui a maior causa desta animosidade ancestral: "a religião é, aliás, o artigo a respeito do qual menos se perdoa o pensar de modo diverso; e se há uma religião capaz de chocar o amor próprio dos que não pertencem a ela, seguramente é a religião judaica; que assim a fizera o desígnio de seu Divino autor, a fim de elevar uma barreira entre seu povo e a corrupção dos povos idólatras que eram seus vizinhos" (pp. 24-25). Os pagãos, politeístas voluntários, ficaram profundamente escandalizados com o monoteísmo exclusivo dos judeus. Quanto aos cristãos, "vendo nos judeus os autores de um deicídio, esquecem às vezes o exemplo de seu fundador que rezou, na cruz, por seus carrascos" (op. cit.). "Os

muçulmanos, que argumentavam com o sabre, encerraram os judeus na proscricção de todas as religiões diferentes do islamismo" (p. 26).

O abade Grégoire analisa então o caráter dos judeus e a idiossincracia de seus costumes e doutrinas, que lhe parecem dotados de notável estabilidade e uniformidade, no que tange ao essencial. Tal é, principalmente, o caso de sua indelével nostalgia pela Terra Ancestral: "sem cessar, têm sempre o olhar voltado para sua antiga metrópole; e se atualmente a liberdade estendia-lhes os braços nas fronteiras da Palestina, voariam para aí de todos os cantos do globo, com seus livros, seus ritos e suas leis" (pp. 30-31: curiosa premonição da reconstituição do Estado de Israel, em 1948?). Com relação ao assunto, o capítulo mais denso é, sem dúvida o XII. Intitulado: "Como os judeus se tornaram comerciantes e usuários" (pp. 81-87): o autor explica como os judeus, excluídos das funções públicas e de posse de terras, foram obrigados a se confinar no tráfico e nos negócios. "Vender e comprar foram então, ocupações reservadas quase que exclusivamente a eles; faziam todo o comércio, principalmente na Alemanha. Pensa-se que com a avidez pelo lucro e uma inteligência que num átimo via os ganhos a obter (...) chegaram a acumular riquezas" (pp. 81-82). Por isso inventaram os bancos e as letras de câmbio, que conferiram um enorme impulso à economia mundial. A fortuna adquirida pelos mais ricos deles suscitou o ciúme, a cupidez e o rancor das populações não judias que, periodicamente as arrancaram deles mediante pilhagens vergonhosas, mas psicologicamente compreensíveis. Os editos medievais contra a usura e contra o empréstimo com juros foram numerosos, mas praticamente ineficazes, a longo prazo, como todos os outros expedientes tentados no mesmo sentido.

A partir do capítulo XV, Grégoire aborda os remédios aceitáveis. Segundo ele, os judeus são perfeitamente capazes de exercer outras profissões, além do comércio, basta simplesmente que aceitem assumí-las, sem que vejam nisso obstáculos à prática de suas leis e de seus ritos imemoriais; é importante, por outro lado, que os não-judeus concedam-lhes um lugar como trabalhadores, no seio de comunidades das nações. "Embora os judeus letrados, com os quais conversei escreve o pároco de Embermesnil (pp. 101-102), reduzam os dogmas fundamentais de sua lei a três: a unidade de Deus, a imortalidade da alma, as penas e as recompensas futuras; a vida do Messias é, para muitos, objeto de esperança e não de crença (...); Concordam que as leis cerimoniais que concernem à agricultura, à distinção entre carnes puras e impuras, eram puramente locais"; estes dogmas e usos não são absolutamente incompatíveis com os de não-judeus.

De passagem, Grégoire critica o preconceito absurdo segundo o qual os judeus seriam intrinsecamente perversos. "Alguns filósofos pessimistas pretenderam que o homem nasce mau. Felizmente para honra e

consolo da Humanidade, relegou-se este sistemas à classe das hipóteses absurdas e desoladoras" (pp. 107-108); entre os judeus, há de tudo, bons e maus. Ademais, tudo evolui na humanidade; por exemplo, em dois anos, o caráter francês adquiriu mais energia e desenvolveu mais patriotismo que em dois séculos" (p.110). É a razão pela qual se poderá muito bem formar os judeus em todas as artes e ofícios mecânicos, bem como na agricultura e até mesmo no ofício militar. O cristianismo se regozijará com esta evolução dos judeus, sendo aliás, obrigações estrita do Evangelho tratar do nosso próximo com doçura, mesmo que seja um judeu). "Filhos do Evangelho, a religião que professais abraça, com os laços do amor, todos os mortais, não só de todos os países, mas ainda de todos os séculos. Será sua culpa se vós desconheceis vossos deveres quanto à posteridade?" (pp. 128 — 129). Ademais, os cristãos devem repisar sua própria culpa no evento: "não tentemos pois tornar a religião cúmplice de uma dureza que ela reprova; predizendo as infelicidades da nação judia o Eterno não pretendeu justificar a barbárie das outras; e se, na qualidade de instrumentos de sua vingança, a fim de cumprir as profecias, nós nos pretendamos inocentes, teremos justificado imediatamente a traição de Judas" — (p. 130).

Em suma, "a total liberdade religiosa concedida aos judeus será um grande passo à frente para reformá-los e, ousou dizer, para convertê-los: porque a verdade só é persuassiva se for doce" (p. 132). Finalmente, Grégoire examina algumas leis recentes, publicadas no estrangeiro* em favor dos judeus (cap. XX). Produziram excelentes resultados. Na França, as cartas patente de Luís XVI, em Colmar, isentando os judeus de numerosos tributos corporais, tiveram bons efeitos (p. 136). É preciso, "por assim dizer, fundir os judeus na nossa massa nacional, a ponto de torná-los cidadãos, em toda a extensão do termo" (p. 137). Mas "nossos costumes ganharão, adotando-os?" (p. 139). Sim! porque sua doutrina tradicional, mais pura que a de "nossas sociedades depravadas" (p. 140), será capaz de ajudar-nos a operar o reerguimento moral geral. É por isso que dissolveremos todos os guetos e nos esforçaremos para mesclar o mais possível os judeus aos cristãos, principalmente na habitação. "Ademais, os Cristãos de hoje não são os do século XII" (p. 148). Os judeus serão admitidos nas Academias e em todos os cargos civis (p. 161). "Abramos todas as vias!" (p. 162). O casamento entre cristãos e judeus é suscetível de trazer muitas vantagens. Quanto à educação, deve ser repensada. "A religião é, para o homem, o objeto capital, uma vez que sua existência fugitiva nada mais é que o berço da vida futura, que termina na eternidade" (p. 166); deve ser o nervo da instrução dos jovens; as crianças judias freqüentarão as escolas e aí suas crenças serão respeitadas; elas têm muitos pontos semelhantes à dos cristãos.

(*) Fora da França (N. do T.).

Talvez se objete que os judeus, da sua parte, têm numerosos preconceitos contra os não-judeus e, especialmente, contra os cristãos. Pode-se responder dizendo que estas falsas prevenções dizem respeito à incultura dos judeus mais ignorantes. E que, ao contrário, os rabinos e os maiores filósofos judeus (Maimônides, Marin Akida, Abravanel, Menasseh, Mendelsohn, etc.) são de uma venerável sabedoria, que prega a unidade entre os homens e a amizade universal.

O Penultimo capítulo indaga como se deve proceder para esta grande regeneração. Deve-se, segundo Grégoire, usar antes de suavidade e benevolência que impor diretivas; trata-se de “dispor convenientemente os judeus” (p. 187). Com esta finalidade, deve-se utilizar habilmente até almanaques populares. No capítulo final (XXVII) o autor expõe uma conclusão vibrante, sob a forma de uma verdadeira prosopopéia. “Ó nações! Há dezoito séculos pisais Israel. A vingança divina desdobra seus rigores sobre eles; mas terá Deus vos encarregado de ser seus ministros? (...) julgai esta nação somente quanto ao futuro; mas se uma vez mais atentais aos crimes passados dos judeus e à sua corrupção atual, que seja para deplorar vossa obra; autores dos vícios deles, sede autores de suas virtudes; quitai vossa dívida e a de vossos antepassados. Um novo século vai se abrir (...). Os judeus são membros dessa família universal, que deve estabelecer a fraternidade entre todos os povos (...) Filhos do mesmo Pai, afastai todo pretexto que justifique a aversão a vossos irmãos que, um dia, serão reunidos no mesmo rebanho!” (pp. 193-194).

Tal é a eloqüente defesa da reintegração dos judeus no seio da grande família das nações. É sobre a pedra angular da tolerância e da fraternidade que julgaremos a atividade do abade Grégoire, homem de caráter inquebrantável, que foi “um dos heróis da humanidade” (como afirmou Villevalleix, no seu elogio de Grégoire em Porto-Príncipe, Haiti, aos 6 de setembro de 1831) ... Este eclesiástico que era a obstinação e a retidão incarnada foi o campeão da causa republicana. Retomando as palavras de Pierre Abraham (escravidão, servidão, servidão” — revista **Europa**, nº de agosto — setembro — 1956, p.4), “ele queria a liberdade dos dos outros. Pretendia que fosse outorgadas por vias pacíficas. Lutou duramente, perigosamente (sob a ameaça do assassinato), para alcançá-la”. Que melhor modelo para homens de hoje?